

gos que cortam a Guarulhos são intermunicipais - e também porque demanda uma revisão da política urbana metropolitana, da qual o Estado se ausentou há muito tempo.

Essa revisão implicará no reconhecimento dos diferentes papéis que os municípios têm na região metropolitana e da importância de atribuir valor e avaliar seu desempenho desses papéis. Entre eles deverá figurar o reconhecimento da importância estratégica das áreas protegidas para o conjunto da população e atividades econômicas metropolitanas e das compensações que serão devidas a quem as protege, sejam eles proprietários ou municípios. Com esse reconhecimento será possível esperar benefícios para Guarulhos, através da retenção das águas nos seus territórios mais altos, o que poderá auxiliar, mais ainda o Município de São Paulo, situado rio abaixo.

Com isso, boa parte dos municípios situados rio acima (à montante) de São Paulo poderá ter melhores perspectivas de sustentação econômica, baseadas no desempenho na proteção de áreas, não apenas por aquelas produtoras de água, mas pelas responsáveis pelo controle das enchentes. Ao mesmo tempo, internamente, os municípios devem avaliar a possibilidade de também efetuar compensações, considerando que o preço da terra e o valor dos imóveis nas áreas centrais (melhor localizadas) não cresce se elas estiverem sujeitas a inundações, ou à sua influência, sofrendo periódicas obstruções de acesso, por exemplo.

Ao contrário, a própria manutenção dessas áreas com vantagens e valores majorados dependerá, cada vez mais de iniciativas a serem tomadas à montante, no restante de cada sub-bacia. Esse balanço, evidentemente, não é apenas municipal, ele tem outras relações de dependência, considerando as políticas tradicionais de implantação de eixos viários, sistemas de transporte e a grande intensidade de tráfego nos fundos de vale. Nesse caso, muitos agentes se beneficiam, além da população residente, ou trabalhadora nos locais potencialmente afetados; o que inclui, também, as empresas que se utilizam desses eixos viários para escoamento de seus produtos, para a recepção e deslocamento dos insumos ou semi-acabados terceirizados e, ainda, para o desempenho da própria infra-estrutura que lhe dá apoio, sem contar as condições de acessibilidade para sua mão-de-obra.

Não se trata de criação de pedágios, mas do dimensionamento das despesas com a prevenção de problemas em áreas populosas e de grande importância econômica. Nesse caso, essa manutenção de valor depende de se manter e ampliar espaços para as águas em algum outro lugar, assegurando o seu desempenho. Isso pressupõe a organização de toda a bacia ou sub-bacia considerando o balanço de áreas que tenham o papel de assegurar o desempenho de outras. Nesse balanço está incluída a necessidade de redução dos riscos às mercadorias e, principalmente, à saúde humana. Conforme já afirmado, não há como adiar, também, a implantação de sistemas completos de esgotamento sanitário e nem de programas de manutenção urbana e limpeza para controle da carga difusa e pontual, que ameaça a salubridade das populações a jusante, especialmente daquelas de menor renda.

Os serviços que as áreas vegetadas prestam - como os de retenção e purificação da água e de controle de inundações - não podem ser substituídos por obras. Um dos recursos mais preciosos que temos para a realização desses serviços é a vegetação, de qualquer tipo e em qualquer local. Há, porém, diferenças importantes no caso dela não ter grande extensão. Nesse caso, a preferência deve recair na vegetação natural, pela maior condição de adaptação aos nossos ambientes e de biodiversidade, que lhe rende equilíbrio para melhor prestar esses serviços. Também do ponto de vista dos locais, se houver restrições para sua ampla disseminação, aqueles mais estratégicos para manter e desenvolver esse tipo de solução são os topos dos morros, as áreas mais acidentadas, as várzeas e as margens dos cursos d'água. Isto porque a vegetação tem maior possibilidades de estabilizar o solo, evitando a erosão e os deslizamentos e pode conviver, de forma harmônica com as enchentes. É por essas razões que a legislação determina que elas sejam consideradas "Áreas de Proteção Permanente".

Contudo, no cotidiano das pessoas e nas políticas públicas esse desempenho não é reconhecido, como se pode comprovar nas iniciativas da população e dos governantes, através das quais a vegetação e os locais citados têm sido rejeitados, destruídos e ocupados por outros usos. Essa prática elimina sua possibilidade de resolver naturalmente a falta de água limpa e o excesso de água suja que prejudicam grande parte da população.

Negando-se esses papéis, parte-se para a busca de alternativas "tecnológicas", no caso, as tradicionais e caras obras que tentam solucionar a drenagem em alguns locais, normalmente à custa de outros, criando a necessidade de estabelecer programas de manutenção, que também exigem grande soma de recursos, para sempre. Dessa forma, cabe rever essa prática de, exclusivamente, se adotar soluções tecnológicas, tentando substituir o que a vegetação faz a baixo ou nenhum custo e com outras vantagens, especialmente nas bacias onde sejam verificados maiores conflitos com a urbanização.

Esses serviços ambientais não são considerados quando tentamos aproveitar o solo como apenas uma superfície para a implantação de edificações, sistema viário, agricultura e outras finalidades. Assim o que há no caminho para ser eliminada é a vegetação natural, vista como um obstáculo a ser vencido para resolver nossos problemas e não como uma óbvia e grande solução, capaz de proporcionar o que de mais precioso necessitamos, como a redução do ruído, a purificação do ar, os produtos florestais - como a madeira, as essências vegetais, os remédios e os alimentos - e outros recursos da fauna e da flora, além do equilíbrio climático, que inclui o das chuvas, produzindo água de forma limpa e regular.